

Nomear a si, denominar o outro: existências e resistências transmasculinas na escola

*Liz BARDO*¹

*Sandra Nazaré Dias BASTOS*²

RESUMO

Gênero como produção histórica e sociocultural se estrutura em normatividades que, construídas ao longo da história, enunciam corpos aceitáveis ou não. O corpo trans é lido como desvio errante do corpo cis, visão que, muitas vezes, é reforçada pela escola. Sabendo que o poder se constitui no discurso, é importante ouvir pessoas trans a respeito de suas identidades e como seus corpos transitam no universo escolar. Entrevistamos três homens trans para que pudessemos compreender, a partir de ferramentas foucaultianas de análise do discurso, como foi a passagem desses corpos-vida na educação básica. Ao falarem de si, eles discorrem sobre suas vivências a partir de dois pontos: o poder de nomear a si e a denominação que lhes é conferida pelo outro. Analisando suas narrativas percebemos como a nomeação é uma forma de poder sobre esses corpos e, quando é dada pelo outro, implica episódios de desrespeito, discriminação e violência.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Ciências. Formação de Professores. Transgeneridade.

¹ Licenciado em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Estudos Costeiros (IECOS). Bragança, Pará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7912-7054>. E-mail: lizbardog@gmail.com

² Doutora em Educação em Ciências e Matemáticas. Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Estudos Costeiros (IECOS). Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA-UFPA). Bragança, Pará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4924-2743>. E-mail: sbastos@ufpa.br

Naming oneself, denominating the other: transmasculine existences and resistances in school

Liz BARDO

Sandra Nazaré Dias BASTOS

ABSTRACT

Gender, as a historical and sociocultural construction is structured around norms built over time that delineate acceptable and unacceptable bodies. The trans body is read as an errant deviation from the cis body, a view frequently reinforced by the school. Understanding that power is constituted through discourse, it is important to listen to trans people regarding their identities and how their bodies navigate the school environment. We interviewed three trans men, using Foucaultian tools of discourse analysis, to understand how these bodies experienced basic education. In speaking about themselves, they discuss their experiences from two perspectives: the power to name themselves and the labels conferred upon them by others. Analyzing their narratives, we observe how naming oneself is a form of exercising power over these bodies and, when named by others, it implies episodes of disrespect, discrimination, and violence.

KEYWORDS: Science Education. Teacher Training. Transgender.

Nombrar a sí, denominar al otro: existencias y resistencias transmasculinas en la escuela

Liz BARDO
Sandra Nazaré Dias BASTOS

RESUMEN

El género, como construcción histórica y sociocultural, se estructura en normatividades que, construidas a lo largo de la historia, enuncian cuerpos aceptables o inaceptables. El cuerpo trans suele ser leído como una desviación del cuerpo cis, visión que con frecuencia es reforzada por la escuela. Sabiendo que el poder se constituye en el discurso, es importante escuchar a las personas trans respecto de sus identidades y de cómo sus cuerpos transitan en el universo escolar. Entrevistamos a tres hombres trans para comprender, a partir de herramientas foucaultianas de análisis del discurso, cómo fue el paso de estos cuerpos-vida por la educación básica. Al hablar de sí mismos, discurren sobre sus vivencias desde dos puntos: el poder de nombrarse a sí mismos y la denominación que les es conferida por el otro. Al analizar sus narrativas, percibimos cómo la nominación constituye una forma de poder sobre estos cuerpos y, cuando es dada por el otro, implica episodios de irrespeto, discriminación y violencia.

PALABRAS CLAVE: Ensenanza de Ciencias. Formación de Profesores. Transgeneridad.

Introdução

Na condição de professor de biologia em formação, e sendo uma pessoa trans não binária, sempre me inquietei com a forma com que questões sobre sexualidade e identidade de gênero são trabalhadas na educação básica – isso quando esses temas são desenvolvidos de maneira formal no currículo. Acredito que uma das razões para o ensino de biologia, algumas vezes, se manter tão engessado, excludente e distante da vida que acontece no cotidiano, vem da superficialidade com que esse tema (entre tantos outros) é discutido nas escolas e, até mesmo, na própria formação docente. Logicamente que estas não são as únicas razões. A transfobia naturalizada também contribui, e muito, para a omissão dessa pauta em todos os ambientes possíveis. Foi dentro do movimento estudantil da biologia³ - ou seja, com outros futuros biólogos-professores - que compreendi (e aprendi na prática) que a biologia pode ir muito além do que ela abarca normalmente. Não só pode, como deve, principalmente se quisermos realmente alcançar o que almejamos nas lutas sociais – e ambientais - por consequência, mesmo que muitos não vejam a estreita relação que aí existe.

A falta dessa discussão no currículo esbarra ainda no desfalque de pessoas trans acessando esses lugares de fala (Ribeiro, 2017), ou seja, tendo acesso ao ensino superior como pessoas produtoras de conhecimento, reivindicando suas existências e epistemologias e, principalmente, sendo ouvidas e respeitadas na condição de seres humanos. O cenário de pessoas trans presentes no ensino superior têm mudado sim, gradativamente e de uma forma muito positiva, contudo ainda de forma que considero lenta e insuficiente.

Todos esses fatores (e muitos outros não citados) levaram-me à recorrente sensação de ser como um “peixe fora d’água” dentro de um curso e de um campus que, direta ou indiretamente, empurrava-me para fora de seus espaços e que, diante de minha insistência em ali permanecer, inevitavelmente gerou em mim a sensação de ser um intruso inadequado. Apesar dos muitos contratempos, eles não me tiraram um dos prazeres mais relevantes que carrego comigo: o de ser professor. Nos estágios supervisionados, e no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), dei-me conta de que poderia, sim, construir um espaço na docência. Que nesta “casa” eu poderia não apenas transitar, mas dispor de minhas vivências para fazer algo diferente. Para levar adiante discussões a partir do que vivo e sinto em meu corpo-experiência. Temas que me tocam de maneira muito delicada e sensível e que interferem na forma como transito, vivo e sou visto neste

³ Refiro-me aqui à minha participação ativa na Entidade Nacional de Estudantes de Biologia (ENEBio), instância máxima de representação política dos estudantes de Ciências Biológicas no Brasil. Para maiores informações sobre essa instituição consultar: <https://www.enebiobr.com/>

mundo. Assim como Larrosa (2002), acredito que é possível (e, ao mesmo tempo, desafiador) pensar a educação a partir do par: experiência/sentido. Tomando a experiência como “possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque”, algo que nos faça

parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Larrosa, 2002, p. 24).

E foi assim que eu cheguei a este estudo, olhando com mais atenção para tudo aquilo que já fazia parte de mim, e que agora também faria parte de minha docência, da mesma forma como ensina Pagan (2018) ao dizer que foi a partir da “tomada de consciência” sobre suas singularidades que se descobriu “como o centro do seu processo produtivo”. Desse modo, é a partir das minhas vivências e de minhas experiências como pessoa não binária que desenho este trabalho de pesquisa. Somam-se a isso minhas vivências não só em sala de aula como professor em formação no campo da Biologia, mas também como militante em coletivos que pautam direitos humanos e ambientais.

Escrevo movido pelo incômodo, pela indignação e pela esperança. Um incômodo de não me ver representado na vida que é ensinada na escola, uma indignação por notar que esse ensino reforça o apagamento e a invisibilização daqueles que, como eu, desafiam e subvertem a ordem vigente de gênero, e uma esperança em saber que contribuo aqui para um ensino de Biologia mais crítico e inclusivo. A partir desse preâmbulo, lançamos as seguintes indagações: o que é ser mulher? o que é ser homem? Existem outras possibilidades de (uma pessoa e seu corpo) ser?

Sabemos que, em um primeiro momento, as respostas a essas perguntas podem parecer bastante óbvias. No entanto, é preciso parar e pensar, olhar com cuidado e atenção para todos aqueles que estão na escola. Para o senso comum que, inevitavelmente, compõe a visão hegemônica de nossa sociedade, as prováveis respostas àquelas perguntas seguem a lógica: “vagina–mulher–feminilidade versus pênis–homem–masculinidade” (Bento, 2011, p. 553). Porém, a comunidade científica e movimentos sociais de pessoas LGBTQIA+ entendem que gênero é uma construção social e não, simplesmente, um aspecto biológico. Como diz Berenice Bento (2011, p. 550), “aquilo que evocamos como um dado natural, o corpo-sexuado, é resultado das normas de gênero. (...) O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais”.

Gomes e Dionor (2025, p. 2) explicam que gênero é “estruturado em normatividades construídas ao longo da história, que enuncia certas possibilidades de corporeidades aceitáveis”. E

Nomear a si, denominar o outro: existências e resistências transmasculinas na escola como “a diferença gera aquilo que ela proíbe” (Bento, 2011, p. 552), por existirem corporeidades aceitáveis, existem as que não são aceitáveis. Vieira e Nolasco (2020, p. 175) complementam que a produção de corpos ditos abjetos possibilita a inteligibilidade desses mesmos corpos: “Paradoxalmente, eles passam a existir. E dessa existência passam a resistir”.

Para Judith Butler (2000, p. 153), o termo “abjeto” caracteriza aqueles que são externos à norma (cultural e corporal), e portanto, residem em uma zona “inabitável” da vida social. Essas zonas são, pelas palavras da autora, “[...] densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito.” Assim, um corpo abjeto seria como o corpo de um sujeito cujo domínio de si mesmo (e de algo do seu interior) também é constituído por essa força externa, que a classifica a partir da abjeção.

Sendo gênero uma produção, é imprescindível compreender que certas corporeidades e subjetividades são produzidas dentro de normas que são aceitas, e naturalizadas por diferentes vias e instituições. Da mesma forma, outras corporeidades e subjetividades que não se alinham às normas são então excluídas e violentadas. A existência de diferentes corpos e sujeitos (em determinados contextos) acaba por produzir diferentes identidades. Portanto, “identidade” não existe apenas para os corpos e sujeitos desviantes, mas também está presente nos corpos e sujeitos correspondentes à norma, pois um depende do outro para existir. É assim que Preciado (2022, p. 293) nos provoca quando questiona:

mas por que vocês estão convencidos, queridos amigos binários, que só os subordinados têm uma identidade? (...) Sua identidade leve e anônima é o privilégio da norma sexual, racial e de gênero. Ou todos nós temos uma identidade, ou não há identidade. (...) Ser marcado com uma identidade significa simplesmente não ter o poder de nomear a própria posição de identidade como universal.

Medrado e Malfrán (2024, p. 88-90) discorrem sobre a cis-heteronormatividade definindo-a como o “conjunto de forças culturais e institucionais que discursivamente produzem a cisgeneridade e a heterossexualidade como naturais”, deste modo, as regras que definem como norma o padrão cis-hetero são tomadas como “como arma de guerra contra pessoas trans”. As autoras defendem ainda que gênero é uma produção colonial que tem legitimado a morte de pessoas trans, pois como Gomes e Dionor (2025, p. 2) complementam, aquelas pessoas que ousam ultrapassar os limites da cisnormatividade, “consciente ou inconscientemente, precisam pagar o preço da transgressão”. A aversão ao corpo trans opera a partir do nojo e organiza corpos cisgêneros, sobretudo heterossexuais, numa posição hierarquicamente superior aos corpos transgêneros, estabelecendo uma separação entre os direitos e acessos (Medrado; Malfrán, 2024). Porém, as “experiências de trânsito entre os gêneros

demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas” como argumenta Berenice Bento (2011, p. 551).

A existência de corpos e gêneros que divergem das normas e, que ao mesmo tempo resistem a ela, nos ajudam a questionar a lógica binária que, insidiosamente, sustenta e hierarquiza a determinação dos sexos/gêneros (Gomes; Dionor, 2025). Nesse contexto, que toma uma pretensa norma como padrão a ser seguido, o corpo trans é produzido e visto por meio do erro e a diferença é considerada como desvio (Vieira; Nolasco, 2020). A transexualidade seria, portanto, a materialização do impossível, aquilo que transcende nossa capacidade de compreensão (Bento, 2011).

Louro (2011) alerta que gênero e sexualidade não podem ser reduzidos “à natureza ou à biologia”, como se fossem um domínio à parte, apartados da cultura. Nas palavras da autora, gênero e sexualidade:

são construídos culturalmente e, assim sendo, carregam a historicidade e o caráter provisório das culturas. Aprendemos a ser um sujeito do gênero feminino ou masculino, aprendemos a ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, a expressar nossos desejos através de determinados comportamentos, gestos etc., em muitas instâncias – na família, na escola, através do cinema, da televisão, das revistas, da internet, através das pregações religiosas ou da pregação da mídia ou ainda da medicina (Louro, 2011, p. 64)

Inegavelmente, tais questões estão presentes na escola e atravessam os currículos, como aponta Marín (2021), para quem o ensino de Biologia possui discursos, práticas e epistemologias que podem reforçar a exclusão de determinados sujeitos ao marginalizar algumas formas de existir (por exemplo, as pessoas trans) e colocar apenas corpos e existências cis como “normais”. Nesse caminho, Marín nos incita a estranhar essa “versão universal” de corpo que a biologia escolarizada nos apresenta: um corpo branco, magro, geralmente “masculino”, heterossexual, cisgênero, sem fome, deficiências, marcas, cicatrizes ou história.

Sabemos que a vida que circula na escola é muito mais abrangente e diversa que esse estereótipo, no entanto, apesar de sua diversidade, a escola funciona como instituição de manutenção e reprodução de discursos que visam disciplinar e uniformizar os corpos considerando para tal o padrão hegemônico vigente. Assim, entendemos que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996, p. 44). A escola é então uma instituição ambivalente pois, tanto é capaz de reproduzir as normas sociais, como também é capaz de transformar a sociedade (Nascimento *et al*, 2023). Desse modo, é importante que estejamos atentos a esses arranjos não apenas para estranhá-los, mas acima de tudo, para questioná-los. Nas palavras de Louro (2011, p. 65),

Nomear a si, denominar o outro: existências e resistências transmasculinas na escola “precisaríamos, pois, voltar nosso olhar para os processos históricos, políticos, econômicos, culturais” que legitimam uma identidade como “não-problemática” e as demais como “diferentes/desviantes”. Diante disso, iniciativas que objetivem problematizar estas naturalizações corroboram para a superação de visões simplistas e conteudistas nos currículos de ciências (Nascimento *et al*, 2023), pois como alerta Pagan (2018, p. 75), “às vezes parece que o currículo de formação de professores nos prepara para entender e gostar mais de biologia do que do aluno que aprende Biologia”.

Pesquisas sobre/com pessoas trans ainda são muito escassas e, quando acontecem, muitas vezes ainda abordam a transgeneridade sob o viés da prostituição e da marginalidade (Paiva; Bastos, 2023). Da produção científica sobre transgeneridade levantada por Paiva e Bastos (2023), apenas dois trabalhos foram produzidos por mulheres trans, evidenciando como a academia ainda é um campo muito restrito a essas pessoas, como as autoras concluem, “muito se fala sobre elas e elas ainda muito pouco falam por si”. Além disso, grande parte dos trabalhos têm um enfoque nas transfeminilidades, demonstrando a escassez dos debates acerca das transmasculinidades. Diante deste cenário, traçamos como objetivo principal desta pesquisa analisar trajetórias escolares de pessoas trans masculinas para compreender como foi a passagem desses corpos-vida por essa instituição.

Andanças de vida e caminhos metodológicos

Os caminhos metodológicos da pesquisa foram acionados a partir de andanças na docência em Biologia e na militância em grupos LGBTIA+ cuja luta engloba acesso a direitos da população trans como força motriz. Para a construção de dados realizamos entrevistas semiestruturadas visto que as questões estabelecidas previamente sustentaram o diálogo com os entrevistados e, sendo abertas, permitiram intervenções e a livre expressão dos envolvidos (Lombardi *et al*, 2021). Nesse caminho, utilizamos um roteiro elaborado com sete perguntas para orientar nossa conversa com os participantes sobre suas vivências na escola, considerando a identidade de gênero trans masculina. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas em seguida. As falas foram organizadas, codificadas e categorizadas em eixos de análise. No recorte que ora trazemos, analisamos a importância de nomear a si na transgeneridade e a negação desse direito na escola, bem como a nomeação que é dada pelo outro.

Participaram deste estudo três homens trans, com faixa etária entre 18 e 24 anos, com os quais estabeleci contato em três situações distintas e independentes: a) como militante do Coletivo Arco

Íris do Caeté⁴ (Coletivo AICA); b) como professor estagiário por ocasião da realização dos Estágios Curriculares Supervisionados e c) como estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Todos os meninos são brancos, de Bragança, cidade do interior do Pará, e estudaram em escolas públicas durante o ensino básico. Cada um será apresentado por meio de um pseudônimo escolhido por eles mesmos durante as entrevistas.

O primeiro entrevistado se nomeou Luffy, e nos conectamos a partir do Coletivo AICA. Ele tem 24 anos, concluiu o ensino médio em 2020 e o ensino técnico em 2025. Isacc foi o segundo participante, com 22 anos, concluiu o médio e ingressou no ensino superior em 2022 para cursar Licenciatura em Biologia, razão pela qual o conheço. Rafael tem 18 anos e foi meu aluno nos estágios supervisionados. Ele concluiu o ensino médio em 2025, ano da entrevista. Todos concordaram em participar deste estudo por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que descrevia os objetivos e as condições para participação na pesquisa.

A análise dos dados buscou sua fundamentação na análise do discurso pautada por Michel Foucault, que concebe o discurso como possibilidade de acesso ao conhecimento com valor de verdade e que considera os sujeitos como produtos tramados em relações de saber-poder. Nesse caminho, a partir do que disseram nossos entrevistados, selecionamos enunciados que associamos à constituição de práticas discursivas que, como explica Foucault (2009, p. 133), se apresentam como um conjunto de “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Com isso, Foucault quer afirmar que os discursos são constitutivos porque formam tanto os objetos quanto os sujeitos de que tratam, uma vez que, nenhum dos dois não preexistem aos discursos que deles falam. Em outras palavras, os discursos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituações, versões, inteligibilidades e verdades.

Relações de Poder: nomear a si...

O nome antecede o corpo, pois surge antes de nós - o nome demarca um lugar no mundo e na sociedade, norteia expectativas e narrativas dos sujeitos, contudo, “nem sempre toda a perspectiva criada em torno da nomeação de uma criança é por ela assumida” (Paiva, 2022, p. 82). Assim, surge

⁴ O coletivo Arco Íris do Caeté (AICA) é um coletivo LGBTIA+ de Bragança, estado do Pará, fundado em 2023 por pessoas LGBTQs de diversos segmentos sociais. O coletivo surgiu para organizar a luta em defesa dos corpos e pautas da comunidade, compreendendo as particularidades da região e de nossas identidades, e agindo de forma interseccional. Para maiores informações sobre sua atuação, acessar: <https://www.instagram.com/coletivoaica/>

Nomear a si, denominar o outro: existências e resistências transmasculinas na escola um dos poderes mais bonitos da transgeneridade: escolher o próprio nome. Obviamente essa não é uma regra para toda pessoa trans, porém é o que se observa na maioria das experiências da comunidade. Nomear a si mesmo pode ser uma experiência marcante, como expressa Isacc que passou por esse processo duas vezes, pois o nome inicialmente escolhido não correspondeu às suas expectativas:

Bicho... eu não me sinto confortável com esse nome, e aí, tipo assim. Eu gostava sempre do nome *Isacc*, mas faltava alguma coisa. Aí eu lembro que nesse dia eu estava subindo as escadas com as minhas amigas, e aí **uma amiga, sem querer, errou o meu nome e me chamou de Gustavo**. Eu falei: “Nossa! Amei.”. Eu fiquei tipo assim “nossa, vai ser esse!” Aí tipo, enganchei: *Isacc Gustavo*. Eu falei “mano, pronto!” e desde aí... **foi algo que me marcou**, assim, tipo, eu escolhi o meu nome e tal! [Isacc – grifos nossos]

Para Preciado “fazer uma transição de gênero é inventar um arranjo mecânico com o hormônio ou com outro código vivo”, e esse código envolve também a linguagem. Assim, quando a pessoa trans escolhe um nome para si e determina as formas de flexionar os verbos para falar de si, adotando seus pronomes de tratamento, essa pessoa elabora uma das ferramentas de resistência à cisnormatividade binária e da produção diferenciada de gênero. “É uma elevação molecular. Um assalto ao poder do ego heteropatriarcal, da identidade e do nome. É um processo de descolonização do corpo” (Preciado, 2022, p. 297).

Contudo, como explica Pinheiro (2019, p. 185), a escolha do nome social inicia também mais um “paradoxo estrategicamente localizado” na vivência de pessoas trans. Para este autor, embora a reivindicação da utilização do nome social tenha sido uma das principais (e mais latentes) pautas do movimento trans nos últimos anos, esse “benefício” funciona como um paliativo momentâneo pois não implica na garantia do pleno exercício de cidadania aos seus beneficiários. É o que explica Moreira (2016), quando afirma que a partir de 2008 houve uma onda de portarias estaduais autorizando o uso de nome social nas escolas públicas, no entanto, apesar de todo aparato legal, o uso do nome social nas escolas não garantiu “a inserção da população transgênera nas demais esferas da vida social, tampouco a protegeu da violência e exclusão experienciadas no cotidiano” (Moreira, 2016, p. 37). Na realidade das pessoas trans, mesmo com esse direito garantido pelo Decreto Federal 8.727/16⁵, muitas vezes o uso do nome social lhes é negado, seja pelo impedimento de sua utilização institucionalmente ou, simplesmente, porque é frequentemente ignorado pela comunidade escolar.

⁵ O Decreto Federal nº 8.727/2016 dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais em diversos âmbitos sociais, não somente no âmbito escolar. Essa legislação está disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm [acesso em: 12/03/2026].

Em ambos os casos, temos a falta de respeito à identidade de gênero desses estudantes que contribui para sua exclusão e invisibilização no ambiente educacional, como podemos ver a seguir:

Eu lembro que teve uma professora de ciências. Eu fui falar para ela, para ela colocar meu nome do lado lá, meu nome social. Aí ela falou que ela não podia fazer isso, não sei o que mais. Mas eu falei “mano, **mas é algo tão simples. Oxe! como assim você não pode me respeitar, sabe?**” E ela se negou. Se negou e continuou me chamando no meu nome morto [Isacc – grifos nossos]

Me abri mesmo de coração para eles, mas eu não recebi aquele apoio que eu estava esperando, né? Então... Tá, eu fui deixando para lá, **ninguém me tratava da maneira que eu queria** (...) As pessoas não me tratam muito no masculino porque eu sinto muitas vezes que elas não querem. Não é nem pelo não saber, **é porque elas não querem** me tratar no masculino [...]. A própria coordenadora... uma vez ela só entrou, assim, na sala, me chamou, aí ela falou assim “ô, vocês já sabem, né? É *Rafael*, é o certo”. Só que, né, **vai muito de pessoa para pessoa**. A maioria da minha sala, acho que é meio 50-50, né? Metade sim, metade não [Rafael – grifos nossos].

Aí, eu fui contar para os meus amigos que são cis, héteros, né? [...] Eu criei uma rodinha e falei: “gente, eu quero falar um negócio com vocês, porque eu sou um homem trans”. E aí, todo mundo “nossa... que legal!” não sei o que, não sei o que, “pô, mas como é que é teu nome?” Aí, eu falei e tal, mas só minha prima, mano, foi só ela, minha prima falou assim: “**eu não te aceito, pra mim vai ser sempre assim**”[...] / [...] “Ele falou pra mim que tu quer ser homem...”, aí eu fiquei assim “é verdade!” A **minha mãe não aceitou, de jeito nenhum**. Minha mãe não aceitou, ficou, não sei o que mais. Só que eu fui fazendo ela aceitar, sabe? Fazendo ela conviver comigo. **Hoje em dia, ela ainda me chama no nome morto**, mas não é tantas vezes no dia como era [Luffy – grifos nossos]

Isacc, Rafael e Luffy narram aqui episódios clássicos de desrespeito ao direito garantido, por lei, às identidades trans. Na primeira situação temos uma professora de Biologia que se recusa a chamar o aluno por seu nome social, insistindo em chamá-lo por seu nome morto. Rafael se abre com seus colegas, conversa com eles de forma a tentar sensibilizá-los, ele tem o apoio da coordenação da escola que, por sua vez, reforça a importância de se dirigirem a ele de acordo com sua identidade de gênero, mas, mesmo com esse respaldo, Rafael não encontra nos colegas a adesão que precisa. Situação semelhante é descrita por Luffy que menciona não ter encontrado apoio em sua família.

A negativa intencional, de forma explícita e direta, em tratar a pessoa pelo nome social ou por seus pronomes, é um ato de transfobia de acordo com os movimentos sociais LGBTIA+. Para Pinheiro (2017), o fato de a escola não respeitar o nome social desvela uma lógica de exclusão que vai além da simples relutância de chamar as pessoas pelos nomes que escolheram para si. Existe aí uma mensagem subjacente que opera e faz funcionar a tríade corpo-gênero-sexualidade e que postula reiteradamente que é preciso pagar um preço por ser um dissidente das normas e enquadramentos que regulam como os corpos devem se comportar. A cis-heteronormatividade presente como discurso hegemônico encontra a resistência nos corpos LGBT, que transitam pelos corredores escolares, e que

Nomear a si, denominar o outro: existências e resistências transmasculinas na escola faz com que esses corpos, mesmo quando silenciados, possam falar e requerer seus direitos. Como explica Jitsumori (2025), mesmo quando interditados, esses corpos significam, resistem, insistem em existir. Dessa forma, o corpo não é prisão, mas dispositivo de poder e resistência.

Ele é relacional, atravessado por discursos, mas também produtor de novas práticas e sentidos. Não se reduz a uma cifra genética ou a um axioma biomédico; pelo contrário, é acontecimento, processo, campo de lutas e negociações [...]. Os corpos são poderes que perambulam na escola, eles negociam como os espaços estabelecem práticas e comportamentos e criam estratégias para habitarem esse ambiente. Os corpos são anúncios e narrativas que se fazem percebidos e lidos, mesmo quando um inspetor, professor e colega não os queiram ler, ali eles se apresentam (Jitsumori, 2025, p. 123-124)

Nesse movimento de exigir que o corpo seja lido e dito de uma determinada forma e, conseqüentemente, de se fazer existir na escola alinhado a uma norma geral, o corpo trans se impõe e negocia sua existência. Como devolutiva, as pessoas trans recebem, pelo menos em parte, uma espécie de chancela precária à sua existência, algo que podemos chamar de tolerância, que é condicionada à conveniência e boa vontade dos demais. Louro (2011, p. 66) nos incita a pensar sobre isso a partir dos seguintes questionamentos: “Mas pensemos atentamente: quem tolera? E quem é tolerado? (...) Há uma assimetria nessa noção aparentemente tão insuspeita”, pois evidencia que alguém nessa relação se sente superior ao outro. Paiva (2022, p. 87) também pontua que isso é consequência “da prevalência dos objetivos escolares que se moldam a disciplinarização dos indivíduos”, e acaba por compor mais um dos incontáveis exemplos da “asepsia de gênero” (Bento, 2011), pois ao se ignorar e negar o que esse corpo pede, se invisibiliza e desumaniza a existência desses sujeitos.

De qualquer forma, há certo consenso que a existência do direito ao nome social garante acessos - porém, nem sempre a permanência desses sujeitos nas instituições. “A falta desse direito fecha as portas da educação, da saúde e de outros direitos humanos universalizados” (Paiva, 2022, p. 83), e “ações de maior abrangência precisam ir além do nome social, devem compreender um amplo conjunto de ações” (Moreira, 2016, p. 37), pois como Pinheiro (2019) descreve, o nome social não é suficiente para responder à demanda dessa população.

... Denominar o outro

Guacira Louro (2014) explica que a instituição escolar sempre exerceu uma ação distintiva sobre as pessoas se incumbindo de separar os sujeitos, tornando aqueles que nela entravam distintos daqueles que a ela não tinham acesso. Nas palavras da autora, a escola “que nos foi legada pela

sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes” se fazendo diferente também “para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas” (Louro, 2014, p. 61). Meninos e meninas aprenderam também, desde muito cedo, que apelidos, gestos, piadas e gozações também poderiam ser dirigidos àqueles que não se ajustavam aos padrões de gênero e sexualidade admitidos na cultura (Louro, 2022, p. 35).

Desse modo, se por um lado, as pessoas trans têm o poder de nomear a si com o nome que desejam e acham mais adequado, elas também são nomeadas pelos outros com termos pejorativos e ofensivos, e que também apareceram como significativos na vivência escolar e pessoal das pessoas que entrevistamos.

Eu lembro que, ah... teve até uma vez que um garoto, tipo, ele começou a me chamar de **sapatão**. Tipo, era no intervalo, e estava todo mundo assim... E ele começou a me chamar alto. E aí **ele veio tentar socar minha cara**. Do nada! Tipo, eu não conhecia nem o garoto. (...) **Eu vivia escutando comentários, tipo, sabe? Sapatão, sapatão, sapatão, essas coisas**. [Isacc – grifos nossos]

No ensino fundamental, **eu sofria muito**. Porque eu era conhecido como **macha-fêmea**. (...) E eu era criança, né? (...) **Isso percorreu minha vida até eu sair de lá dessa escola**. Percorreu porque **muita gente nem me chamava pelo meu nome, me chamava de macha-fêmea**. [Luffy – grifos nossos]

Em ambos os casos, como explicam Zanello e Gomes (2010), uma ideia se destaca: existem palavras que possuem o poder de ferir gravemente a dignidade, a integridade e a honra de quem as escuta. Ainda mais quando essas palavras são ditas de forma frequente. Nesse caminho as autoras questionam: “Que palavras seriam essas? Por que e em que sentido colocam o outro numa posição desqualificada? E que parâmetro é este que determina esta desqualificação? Por que o sujeito (que recebe o insulto) sente-se ofendido?”. Os xingamentos são termos que apontam para valores e, ao fazerem isso, funcionam como controle social que relega a pessoa que recebe o insulto a um não lugar, à margem, à inexistência.

“Macha-fêmea” e “sapatão” foram os termos utilizados para nomear e desqualificar em público Isacc e Luffy. Isacc chega a mencionar que, por não entender inicialmente que o xingamento era direcionado a ele e por não atender quem o chamava, quase foi agredido fisicamente por um desconhecido. Sua fala transborda indignação e incredulidade: como pode, uma pessoa que ele nunca viu, se referir a ele daquela maneira? E ainda ameaçá-lo de forma tão agressiva? Luffy, por sua vez, afirma que desde criança o termo “macha-fêmea” o acompanhava a tal ponto das pessoas não mais se referirem a ele pelo seu nome, com isso, vemos que aos poucos, ele vai sendo apagado da cena escolar para dar lugar ao surgimento de um outro sujeito, que é designado pelo termo “macha-fêmea”.

Nomear a si, denominar o outro: existências e resistências transmasculinas na escola Faria e Modena (2019) explicam que xingamentos, apelidos e piadas são gêneros discursivos utilizados para intermediar as relações desiguais de poder em que um dos agentes é colocado passivamente sob um nome pelo outro, que percebe a si mesmo como alguém legítimo para exercer tal ação. Desse modo, quando alguém usa termos pejorativos para se referir a outrem, mais do que ferir, esses termos constituem os sujeitos e, ao mesmo tempo, demarcam as fronteiras entre ‘nós’ e ‘eles’. Para Junqueira (2013) os tratamentos preconceituosos e discriminatórios, ofensas, constrangimentos, agressões físicas ou verbais compõem o que ele denomina ‘pedagogia do insulto’ que se materializa por meio de apelidos, insinuações, ridicularizações, expressões desqualificantes e desumanizantes, entre outras tantas possibilidades. Elas são uma constante na rotina escolar de pessoas dissidentes da cis-heteronormatividade que, desde muito cedo, são expostas às múltiplas estratégias do poder que regem os regimes de controle e vigilância de seus corpos e sexualidades. Como explica o autor, esta pedagogia tenta produzir o silenciamento das sexualidades que são ditas ‘minoritárias’ por meio de sua exposição negativa. Procura envergonhar, humilhar e agredir.

Nesse caminho, podemos afirmar que as palavras não são inocentes, elas carregam o peso da violência e da humilhação que ferem as pessoas a quem são dirigidas. Segundo Zanello e Gomes (2010), não se xinga de qualquer forma, com qualquer vocábulo. Os xingamentos são intencionais e são aplicados em situações diversas com o objetivo de tornar evidente um dissidente. Eles têm a capacidade de interpelar afetivamente o interlocutor pela referência direta aos valores que o constituem enquanto sujeito social. Nas palavras da autora, quando xingamos alguém, estamos constituindo, repetindo e reafirmando os valores, exercendo uma espécie de microfísica do poder, na qual se situam e se (re)constituem (dinamicamente) os lugares sociais (in)desejáveis para os sujeitos.

É importante pontuar que na atualidade o termo “sapatão” (entre tantos outros) é reivindicado como uma terminologia de orgulho e resistência para as mulheres sáficas, mesmo que ainda continue sendo usado de forma pejorativa, como na situação vivenciada por Isacc que teve na leitura de seu corpo, como feminino, um motivo para intimidação. Faria e Modena (2019) explicam que o deslocamento do insulto surge justamente na retomada dessa agência, ou seja, a apropriação de nomes antes utilizados para conformar são ressignificados para a transformação. Quando se afirma o nome como próprio, ocorre a desestabilização do sentido do insulto, pois ele já não imobiliza o sujeito como abjeto. Na verdade, impulsiona-o a estabelecer outras relações e o insulto é deslocado para o reconhecimento de identidades periféricas.

Todas essas questões nos levam à compreensão de que os discursos não são simplesmente atos de fala ou palavras, eles se materializam em práticas, em ações que, ao denominarem um sujeito,

o compõem como tal. Os discursos produzem sujeitos, criam e afirmam regimes de inteligibilidade pelos quais lemos os outros e a nós mesmos. É um campo de disputas, e por isso mesmo, é possível desenhar resistências. Como nos diz Foucault (1996) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. Todo discurso traduz conhecimento, ao mesmo tempo em que cria a possibilidade e o contexto para que aquele conhecimento seja validado. Em suas palavras:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996, p. 8-9).

O poder de nomear o outro assenta-se na ideia de que o discurso, enquanto dispositivo disciplinar (e aqui, ‘cistêmico’), promove procedimentos de exclusão ao definir e instituir normas e, conseqüentemente, hierarquias que classificam as pessoas em normais e anormais. É assim que a cisgeneridade é instituída, marcando como fora da norma os desviantes, os que não se alinham, aqueles que podem ser nomeados de forma pejorativa, aqueles que estão na posição do incômodo, seres abjetos que, certamente não deveriam estar ali. A produção de seres abjetos e poluentes, bem como a desumanização do humano, são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade (Bento, 2011) e, sendo ela essencial para manutenção da cisgeneridade, é preciso não apenas renomear as pessoas trans, mas fazer isso de forma violenta, desrespeitando seu direito de existir. Berenice Bento (2011) afirma que as reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Em suas palavras,

Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada (Bento, 2011, p. 552).

É o que observamos nas falas de Luffy e Isacc que mostram como os nomes que lhes são atribuídos desalinham suas estruturas ainda em formação. São nomeações que têm a capacidade de “produzir nos sujeitos a incômoda e terrível certeza de que ele não é normal e de que, se ele se sente fora do lugar, é porque não existe lugar para ele” (Bento, 2011, p. 558). Esses relatos se somam a inúmeros outros, e escancaram uma amarga realidade: a dificuldade em respeitar o nome de uma pessoa trans origina-se da relutância em aceitar que pessoas dissidentes de gênero tenham dignidade

Nomear a si, denominar o outro: existências e resistências transmasculinas na escola e humanidade. E assim, “Corpos trans são *cistematicamente* negligenciados, posicionados à margem”, como bem afirmam Medrado e Malfrán (2024, p. 90).

É inegável que esse conjunto de violências dificulta que pessoas trans possam existir na escola, como elas de fato são, e as impede de realizar atividades rotineiras, cotidianas, triviais, como por exemplo, usar o banheiro como qualquer outra pessoa. No entanto, mesmo diante do funcionamento de um *cistema* normativo que coage, interpela, julga, violenta, não há como impedir a agência de sujeitos desejantes, de sujeitos que, mesmo diante de tantas dificuldades, existem, resistem e re-existem. Como afirma Jitsumori (2025), o corpo trans é tomado como território de poder e resistência, no qual, ao mesmo tempo em que discursos deslegitimadores se inscrevem, fissuras se abrem. O autor cunha o termo identilasticidade para propor uma ruptura com concepções essencialistas de identidade, situando-a como movimento, impermanência e negociação contínua. Tal compreensão se ancora na percepção de que não somos sujeitos acabados, mas seres fronteiriços, permanentemente tensionados por forças de poder e saber que nos atravessam e nos constituem. Desse modo, a identilasticidade é concebida como a condição de impermanência identitária, isto é, o reconhecimento de que somos atravessados por experiências que nos transformam e nos lançam a um processo inacabado e interminável de ser (Jitsumori, 2025).

Algumas reflexões (que não se pretendem) finais

Não sou um homem. Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Tampouco sou bissexual. Sou um dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês

(Preciado, 2020)

Como professores, compreendemos a função central que ocupamos no processo de ensino-aprendizagem e, por consequência, que vai reverberar nas vivências (dentro e fora da escola) de nossos estudantes. Enquanto pessoa trans, entendo que visibilizar nossas existências somente a partir da tolerância não será suficiente para criar futuros em que as diferenças não sejam ponto de partida para o ódio, e que nossas identidades sejam consideradas adequadas para a categoria “humano”. Já como professor de biologia trans, não somente rompo com as normas de gênero ao existir, como também questiono a naturalização delas ao lecionar.

Em trânsito pela área da Biologia, campo de conhecimento que se dedica ao estudo da vida, pensamos que é importante nos questionarmos: quais vidas estamos interessadas em discutir em sala de aula com nossos alunos? Quais vidas cabem em nossos currículos? Quais vidas acionamos como merecedoras de atenção e ‘preservação’? Quais vidas escapam de nossos manuais e materializam-se

em nossas salas de aula sem que nos demos conta de suas existências? Como essas vidas (sobre)vivem em meio a tantas violências, apagamentos e invisibilizações? Sendo a biologia a ciência que investiga e ensina sobre a vida, em toda sua variedade de formas e relações, campo este no qual aprendemos, exaustivamente, que a diversidade é desejada, aclamada e defendida, porque então quando nos deparamos com ela, muitas vezes a ignoramos ou a condenamos a vivências ultrajantes, situadas às margens, em não-lugares, alijadas do direito básico e fundamental de existirem simplesmente como são?

São esses incômodos que, ao se manifestarem em educadores e gestores de políticas públicas, nos mobilizam a trazer reflexões sobre direitos humanos para o ambiente escolar. Numa perspectiva mais ampla, esse movimento é saudável e contribui para produção de contradiscursos à hegemonia vigente. É nesse sentido que defendemos que professores deveriam assumir uma postura diferenciada em sala de aula para assegurar, no mínimo, o respeito às pessoas que rompem com as normas sociais e pré-estabelecidas de gênero. Levar essa discussão de maneira coerente e plural para os currículos escolares é mais que necessário: é urgente e, até mesmo, imprescindível, pois a diversidade está aí, buscando espaços para existir e existindo, resistindo e (re)existindo na sociedade, e consequentemente na escola. Algumas vezes sobrevivendo, e em outras, mais vezes do que se pode catalogar como aceitável, sucumbindo a ela. Que possamos transicionar a biologia (e a docência!) por caminhos que nos levem a entender que nossos corpos não são meros conjuntos de sistemas biológicos, mas sim, campos de possibilidades que nos permitem experimentar as mais amplas e variadas formas de ser.

Referências

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. in: Louro, G. L. (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21 ed., Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOMES, B. R.; DIONOR, G. A. Para Além de um Sentido Bio-Lógico: Relações de Corpo e Gênero em Documentos Curriculares Nacionais e Estaduais de Ciências e Biologia. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e60038, 1–27, 2025.

Nomear a si, denominar o outro: existências e resistências transmasculinas na escola

JITSUMORI, C. I. O. A identilasticidade do corpo LGBT: uma possibilidade ana-lética das diferenças. **Cadernos de estudos culturais**. Campo Grande, MS, v. 1, p. 119-133, jan./dez. 2025.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: A normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n.º 19. 2002.

LOMBARDI, M. R.; PAULA, M. A. B. de; MONTEIRO, M. B. S.; WADA, M. I. G. A entrevista semiestruturada. in: Lombardi, M. R.; Ávila, M. A., de Paula, M. A. B. (Orgs.) **O prazer da entrevista em pesquisas qualitativas**. Curitiba: CRV, 2021.

LOURO, G. L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MARÍN, Y. A. O. Identidades de género en la enseñanza de la biología: entre la violencia objetificadora de la cisnormatividad y los saberes trans-gresores en sala de aula. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**. v.14, n.1, p 334-355, 2021.

MEDRADO, A.; MALFRÁN, Y. O nojo como arma na guerra colonial contra existências trans. **Trivium: Estudos Interdisciplinares** (Ano XVI, n. esp.), p 87-99, 2024.

MOREIRA, J. **Janelas Fechadas: A questão LGBT no PNE 2014**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

NASCIMENTO, N. A. T.; CHAGAS LIMA, T. V.; SOUSA-FÉLIX, R. C.; MARQUES DA SILVA, N. do S.; BASTOS, S. N. D. Corpo, gênero e masculinidades no ensino de Ciências:(re) leituras do silêncio. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, Dossiê temático: Currículo e ensino de Biologia, v.16, nesp.1, p. 1036-1061, 2023.

PAIVA, F. de M. **(TRANS) viver narrativas de resistência e escolarização**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Mestrado Interdisciplinar em Linguagens e Saberes na Amazônia, 2022.

PAIVA, F. M.; BASTOS, S. N. D. O que pode um corpo trans? Caminhos das pesquisas que tomam como objeto os corpos que fogem ao padrão heteronormativo. In: FLECK, G. F.; NEVES, J. V.; SANTOS, M. M. C.; BASTOS, S. N. D. (Orgs.). **Nas Teias da Amazônia: Tecendo pesquisas, Traçando caminhos**. 1edição. Volume 1. Curitiba: Editora CRV. p. 27-44. 2023.

PAGAN, A. O ser humano do ensino de biologia: uma abordagem fundamentada no autoconhecimento. **Revista entreideias**, v. 7, n. esp., p. 73-86, 2018.

PINHEIRO, T. D. Do nome social ao nome civil: paradoxos e lacunas de asseguramento da cidadania trans. in: BENTO, B. (Org.). **Sexualidade, Gêneros e Violência - estudos sociológicos**. Natal : EDUFRRN, 2019, pg. 185-217.

PINHEIRO, T. D. O conjunto das exclusões: Intersecções entre vivência(s) trans e ambiente escolar na cidade de Natal/RN. **Revista Café com Sociologia**. V.6, n. 1. p. 124-137, jan./abr. 2017.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano**: Crônicas da travessia. 1ª edição. Editora Zahar: Rio de Janeiro-RJ, 2020.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas. **Cadernos PET Filosofia**, v.22, n.1, pg. 278-331, 2022.

PRINS, B.; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 01, p. 155-167, 2002.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

VIEIRA, A. L.; NOLASCO-SILVA, L. O corpo trans como corpo-imagem-andarilho: resistência, contestação e desestabilização nos/dos cotidianos escolares. **Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, Dossiê temático “Imagens: resistências e criações cotidianas”, pg. 172-189, 2020.

ZANELLO, V.; GOMES, T. G. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. **Caderno Espaço Feminino**. v. 23, n. 1/2., p. 265-280. 2010.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 21/03/2026
Aprovado em: 04/05/2026